



ENARA - Executiva Nacional das
Associações Regionais de Arquivologia
Arquivistas unidos pelo fortalecimento da profissão!!!

Palestra de Abertura

A CONSTRUÇÃO DAS MÚLTIPLAS INTERFACES DA ARQUIVOLOGIA

MARIA IZABEL DE OLIVEIRA
Coordenadora – Geral de Gestão de Documentos do Arquivo Nacional

*Arquivista é o profissional de nível superior,
com formação em arquivologia ou experiência
reconhecida pelo Estado.*

(Dicionário de Terminologia Arquivística, Arquivo nacional, 2005)

*Profissionais da informação “todos aqueles
indivíduos que, de uma forma ou de outra, fazem
da informação o seu objeto de trabalho, entre os
quais: arquivistas, museólogos, administradores,
analistas de sistema, comunicadores, documentalistas,
e bibliotecários, além de profissionais ligados à
informática e às tecnologias da informação e às
telecomunicações.”*

(Jussara Pereira Santos, 1996)

Parabéns para nós todos: Arquivistas e Profissionais de Arquivo e de Informação pelo dia de hoje, 20 de outubro de 2008 - dia em que se comemora o Dia do Arquivista, os **37 anos da Associação dos Arquivistas Brasileiros – AAB (20/10/1971)**, os **36 anos de realização do I Congresso Brasileiro de Arquivologia (15 a 20/10/1972)**. Cabe lembrar que neste ano também se comemorou os **em 4 de julho de 1978, os 30 anos da regulamentação da profissão de Arquivista e de Técnico de Arquivo, pela Lei nº 6.546.**



I – UM POUCO DA HISTÓRIA DA ARQUIVOLOGIA

Neste dia de hoje, dia de comemoração e de conagração dos profissionais da área de arquivo e documentação é necessário alguns instantes de reflexão e de retorno a um passado que sem dúvida permitiu o presente da Arquivologia que vivenciamos atualmente.

É por isto que ao rememorar os primórdios da Arquivologia no Brasil, cabe citar o historiador José Honório Rodrigues, que a frente da direção do Arquivo Nacional, no período de 1958 a 1964, realizou importante reforma da Instituição, baseada no seu conhecimento sobre as formas de organização e de trabalho dos arquivos europeus e americanos.

Foi capaz de sensibilizar o então Ministro da Justiça - o Arquivo estava subordinado a esta pasta - e por meio de convênios com embaixadas, em especial a dos Estados Unidos, implementou ações como a vinda de Theodore R. Schellenberg, o maior especialista norte-americano em arquivística, e de outros, que analisaram a situação do Arquivo Nacional e emitiram sugestões visando aprimorar as suas atividades. Este fato registra pela primeira vez no Brasil o exame e o encaminhamento, por parte das autoridades, da questão arquivo, .

Os técnicos estrangeiros também ministraram cursos para os funcionários e elaboraram materiais técnicos como livros ou apostilas. Esta ação reorganiza a área de formação e capacitação em arquivos para o serviço público, que será a base do Curso Permanente de Arquivos mantido pelo próprio Arquivo Nacional;

Foram também traduzidos para a língua portuguesa um série de livros e artigos de profissionais franceses, americanos, holandeses, americanos e italianos.

Este fato registra pela primeira vez no Brasil o exame e o encaminhamento, por parte das autoridades, da questão arquivo. A direção de José Honório caracterizou- se pelo dinamismo, criatividade, entendimento global dos problemas da área de arquivos e ânimo para enfrentá-los.

Os anos de 1970 foram especialmente importantes para a Arquivologia no Brasil, destacando - se:

- o Arquivo Nacional, que se integra ao Conselho Internacional de Arquivo – CIA e a Associação Latino Americana de Arquivos – ALA; a criação do primeiro Sistema Nacional de Arquivos - SINAR ;

- a criação, em 20 de outubro de 1971, da Associação dos Arquivistas Brasileiros – AAB, por um grupo de profissionais tenazes, idealistas e ousados formado, entre outros, por José Pedro Pinto Espesel, Maria de Lourdes Costa e Souza, Maria Luíza Danemann, Helena Corrêa Machado e Marilena Leite Paes.



- realização pela AAB, no período de 15 a 20 de outubro de 1971 do I Congresso Brasileiro de Arquivologia e neste evento o lançamento do primeiro número da *Revista Arquivo & Administração*; e

- o Curso Permanente de Arquivos mantido pelo Arquivo Nacional, origem dos cursos superiores em Arquivo no Brasil, obtém em 28 de setembro de 1973, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, mandato universitário para registro de seus diplomas. Pelo Decreto nº 79.329, de 2 de março de 1977, este curso, com a denominação de Curso de Arquivologia, é definitivamente integrado à estrutura universitária com a sua absorção pela Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro - FEFIERJ, que atualmente é a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO;

- criação progressiva de Cursos de Arquivologia:

- Universidade Federal de Santa Maria /RS (20/08/1976);
- Universidade Federal Fluminense – UFF/ RJ;
- Universidade Brasília – UNB/DF;
- Universidade Federal da Bahia – UFBA /BA;
- Universidade Estadual de Londrina – UEL /PR;
- Universidade Federal do Rio Grande do SUL – UFRGS/ RS;
- Universidade Federal do Espírito Santo – UFES/ES;
- Universidade Estado de São Paulo - UNESP – Campus de Marília/ SP;
- Universidade Estadual da Paraíba – UEPB – PB;
- Fundação Universidade Federal do Rio Grande – FURG – RS, previsto para 2008 o 11º curso superior em Arquivologia do Brasil, 3º no Rio Grande do Sul;
- Universidade Federal do Maranhão – UFMA, previsto para 2010;
- Centro universitário Assunção – UNIFAI - Vila Mariana, criado em 2004 até fevereiro de 2008 não havia entrado em funcionamento.

- a regulamentação do exercício da profissão de Arquivista e de Técnico de Arquivo, por meio da Lei nº 6. 546, de 4 de julho de 1978 e do Decreto nº 82.590, de 6 de novembro de 1978, por iniciativa da AAB.

Na década de 1980 profissionais arquivistas formados pelas primeiras turmas dos Cursos Superiores de Arquivologia começam a atuar em instituições públicas e privadas. A AAB promove cursos, congressos, encontros técnicos e comissões especiais visando consolidar a Arquivologia como pilar de um Estado Moderno, eficaz e eficiente.

Tem início o Programa de Modernização Institucional do Arquivo Nacional, sob a gestão de Celina Vargas do Amaral Peixoto, que inclui entre outras ações ao envio de técnicos para capacitação e reciclagem no exterior, criação de novas rotinas, procedimentos e



metodologias de trabalho, identificação dos fundos documentais sob a guarda do Arquivo Nacional e localização, no Rio de Janeiro e em Brasília, dos acervos documentais que seriam recolhidos, mudança de sede e início dos estudos para elaboração de uma Lei de Arquivos.

Segundo Jaime Antunes da Silva, “este cenário, sem dúvida, sensibilizou o Governo Federal para que fosse sancionado o Decreto nº 90.740, de 20 de dezembro de 1984, criando o Grupo-Arquivo do Serviço Civil da União, abrangendo atividades de nível superior e médio a serem exercidas pelas categorias funcionais de Arquivista e Técnico de Arquivo, respectivamente, sem dúvida um marco importante na identidade de nossa carreira profissional.

Em 1987, quando da Reforma Administrativa proposta pelo Governo Sarney, já se falava na implementação de sistemas de arquivos visando aumentar a eficácia dos serviços arquivísticos governamentais. A Comissão Especial de Preservação de Acervo Documental – CEPAD, em estreita cooperação com o Arquivo Nacional, produz um diagnóstico da situação dos serviços arquivísticos da Administração Público Federal, onde se constata: a inexistência de uma lei de arquivos e de uma política arquivística; a carência de recursos financeiros; a dispersão do acervo; a inexistência de critérios de avaliação e transferência; o baixo nível hierárquico dos serviços arquivísticos na estrutura organizacional; a carência quantitativa e qualitativa de recursos humanos; o tratamento técnico não orientado por métodos e técnicas adequados; a inexistência de padronização dos procedimentos e terminologia; a inexistência de instrumentos básicos para a gestão documental (classificação de documentos, tabelas de temporalidade etc); e o baixo índice de recuperação da informação.”

A partir de 1988 são criadas novas Associações de Arquivistas, como resultados da extinção dos Núcleos Regionais da ABB.

- Associação dos Arquivistas de São Paulo – ARQ-SP;
- Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro- AAERL;
- Associação dos Arquivistas da Bahia- AABA;
- Associação Brasileira de Arquivologia – ABARQ;
- Associação dos Arquivistas do Estado do Rio Grande do Sul – AARGS;
- Associação dos Arquivistas do Estado do Espírito Santo – AARQES;
- Associação dos Arquivistas do Estado do Paraná – AAPR;
- Associação de Arquivologia do Estado de Goiás – AAGO.

A década de 1990 coroou a trajetória da arquivística brasileira, a partir da sanção presidencial da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991 (Lei de Arquivo) que cria no seu artigo 26 o Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ, com a função de definir a



política nacional de arquivos. As ações desenvolvidas pelo CONARQ, visam modernizar tecnicamente os serviços e as instituições arquivísticas públicas brasileiras, que integram o Sistema Nacional de Arquivos – SINAR.

O CONARQ, por meio de seu Plenário, das Câmaras Técnicas, das Câmaras Setoriais, das Comissões Especiais e dos Grupos de Trabalho tem sido responsável pela sanção presidencial de um conjunto de decretos e da aprovação de textos e normas técnicas e de resoluções sobre aspectos importantes para o desenvolvimento das atividades arquivísticas como classificação, avaliação e seleção, descrição, terminologia, acesso, microfilmagem e gestão e preservação de documentos digitais, bem como pela realização de seminários, workshops e oficinas .

Em 12 de dezembro de 2003, mais uma vitória e reconhecimento da importância das atividades de arquivo ocorre com a sanção presidencial do Decreto 4.915, que dispõe sobre o Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo – SIGA, da Administração Pública Federal, determinando em seu artigo 1º que ficam organizadas sob a forma de sistema, com a denominação de Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo – SIGA às atividades de gestão de documentos no âmbito dos órgãos e entidades da administração pública federal.

II - RECONHECENDO AS MÚLTIPLAS INTERFACES DA ARQUIVOLOGIA

As múltiplas interfaces da Arquivologia vem sendo construída desde 1838 com a instalação do Arquivo Nacional do Brasil. Nesta época aumenta o interesse pelo valor histórico dos arquivos, até então conservados em função de caráter administrativo, legal ou fiscal. Essa tendência reflete-se no desenvolvimento da disciplina Arquivística e no modelo de arquivo público, que se constitui a partir de então, e o Brasil é um exemplo.

A consolidação deste modelo de instituição arquivística – arquivo histórico, resulta entre outros aspectos, na formação de historiadores - arquivistas, especializados na administração dos documentos como testemunho histórico. Não se atentava para o fato de que os documentos são constituídos em razão das necessidades da administração.

A reação a essa orientação que limitava a função dos arquivos surge após a Segunda Guerra Mundial, quando ocorre uma grande expansão da produção documental, prejudicando a capacidade gerencial das organizações governamentais. Neste cenário, desenvolve-se a teoria das três idades e a gestão de documentos nos Estados Unidos, Canadá e em alguns países europeus, africanos e asiáticos. Tal situação levou as instituições arquivísticas a reverem suas funções exclusivas de arquivos históricos, distanciados dos interesses da administração pública.

Em 1974, o Conselho Internacional de Arquivos passou a considerar o Arquivo como um serviço de apoio à administração e fonte essencial à pesquisa e ao desenvolvimento cultural.



O objeto da arquivologia/ arquivística evoluiu face as mudanças tecnológicas, econômicas, sociais, políticas, científicas, dentre outras, que resultaram na racionalização de rotinas e procedimentos e na gestão de documentos, no acesso à informação, no âmbito de uma sociedade globalizada - a sociedade da informação e do conhecimento.

O estabelecimento de relações sistêmicas da arquivística com as ciências de informação nasceu nos Estados Unidos após a 2ª Guerra Mundial, com o grande desenvolvimento científico e técnico que resultou na chamada explosão de informação.

A integração da Arquivologia no seio da ciência da informação foi encorajada em 1992, durante o XII Congresso Internacional de Arquivos, em Montreal, quando se abordou questões ligadas à capacidade dos arquivistas assumirem suas funções quanto à teoria, aos princípios e as práticas da gestão da informação eletrônica. Dentro deste contexto, segundo José Bernal Rivas Fernández os arquivistas encontrariam condições de agir em relação aos outros profissionais da informação.

Atualmente esta posição está sendo revista em razão da existência dos cursos de graduação, da legislação, normas, princípios, técnicas, terminologia e metodologias específicas, bem como de profissionais especializados no mercado de trabalho, a consciência de que o uso da técnica é importante e representa um contributo para a pesquisa e a produção de conhecimento. Tais constatações garantem a Arquivologia as bases para caminhar, com independência, ao lado das outras ciências. Há que se buscar sempre a integração e não a absorção de uma ciência por outra.

O exemplo mais recente de que mudanças estão em curso é a proposta em estudo no CNPq que inclui na Grande Área (07) Ciências Socialmente Aplicáveis, a área Arquivologia (Fundamentos da Arquivologia, Gestão Arquivística, Técnicas Arquivísticas e Arquivologia Especializada).

Rivas Fernández, enfatiza ainda a pesquisa arquivística na definição de princípios universais aplicáveis aos arquivos do mundo inteiro, como é o caso da normalização da descrição, a criação de um vocabulário internacional e a homologação de conteúdos para a formação profissional de futuros arquivistas, ações encorajadas pelo Conselho Internacional de Arquivos- CIA a partir da criação de diferentes comissões. Cabe ainda ressaltar o Programa Geral de Informação (PGI) da UNESCO, um programa destinado a promover à importância da gestão de arquivos nas organizações e nas administrações de sistemas de informações que foram implementados nos estudos RAMP.

O resultado mais significativo a nível internacional para consolidar a arquivística é a Norma Internacional de Descrição Arquivística (ISAD-G), em aplicação nos países membros do CIA e o encorajamento para que estes países estabeleçam as suas normas nacionais. A esta seguiram-se a Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias (ISAAR-CPF) e a Norma Internacional para Descrição de Funções (ISDF).



No Brasil, o resultado mais significativo foi aprovação em 1996, pelo Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ, do Código de Classificação e da Tabela Básica de Temporalidade e Destinação de Documentos relativos às atividades -meio da Administração Pública, em uso na Administração Pública Federal, além de servir como modelo para os demais integrantes do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR), como instrumentais fundamentais no cumprimento do estabelecido na Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Em seguida a Norma Nacional de Descrição Arquivística (NOBRADE) e o Dicionário de Terminologia Arquivística.

O reconhecimento de que os arquivos públicos são efetivamente instrumento e testemunho de gestão governamental, tem direcionado os profissionais de arquivo a implementar uma renovação metodológica e organizacional, cuja tendência é adequar os conceitos e as práticas arquivísticas ao novo entendimento que se tem da função dos arquivos.

Neste contexto o que se espera do profissional de arquivo ou no sentido mais amplo, do profissional da informação na chamada “ Era da informação ou Era da Informação e seu uso ou Era do capital humano” ou Era do Conhecimento?

- Qual o perfil ideal do profissional
- Quais os saberes que deve dominar?
- Qual o seu campo de atuação?

O profissional de arquivo deve ter domínio das técnicas e procedimentos para o tratamento dos documentos e das informações neles contidas e saber utilizar mecanismos e explorar as técnicas que a sociedade do século XXI oferece, servindo como intermediário na passagem do suporte convencional – papel para o meio digital.

O seu papel como administrador de fontes de informação ganha uma nova dimensão com a produção, tratamento e preservação de arquivos digitais.

Deve ser ainda o elo entre o conjunto de usuários, os proprietários de sistemas de comunicação e os técnicos da instituição, além de conhecer profundamente a missão da instituição e as informações que ela detêm, além de qualidades pessoais, cultura geral e a capacidade de tomar decisões, de resolver problemas. O espaço profissional será definido em função da competência e da competitividade de cada um.

A diversificação das categorias profissionais que lidam com informação aumenta a cada dia e é resultado da diversificação do mercado e das funções ligadas à informação.

Esse conjunto de mudanças levou à criação do “novo profissional da informação” ou MIP – “Modern Information Professional”, expressão criada pela Federação Internacional de Documentação e Informação - FID.

O moderno profissional deve ainda:

- TER:



- criatividade;
- liderança;
- dinamismo;
- responsabilidade;
- visão interdisciplinar / ativas práticas interdisciplinar;
- profissionalismo, incluindo a questão de ética;
- conhecimento dos conceitos e procedimentos de organização;
- poder de análise e síntese;
- capacidade de trabalhar em grupo;
- domínio de línguas estrangeiras;
- espírito crítico;
- habilidade de formular claramente suas idéias tanto de forma escrita como verbal;
- atenção voltada para o atendimento ao usuário;
- domínio de saberes de áreas afins;
- capacidade de planejar e gerenciar sistemas de informação;
- capacidade de intervir em todas as etapas do tratamento documental;
- preocupação com a produção, uso de disseminação da informação;
- intenso processo de educação continuada;

III - CONCLUSÃO

De acordo com Jaime Antunes “O cenário positivo ora desenhado para a Arquivologia e a arquivística brasileiras, tanto em nível federal quanto nos arquivos dos Estados, e que em vinte anos mudou substancialmente, para melhor, o diagnóstico da CEPAD acima referido, é fruto do conhecimento cumulativo construído pelas Associações Profissionais, as Universidades mantenedoras de cursos de graduação e especialização em Arquivologia e Ciência da Informação, o Arquivo Nacional e o Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ.

O que se colhe no campo da Arquivologia e da arquivística de nosso país é fruto, portanto, do esforço autodidata de muitos profissionais, de diversa formação, dos profissionais advindos dos cursos especializados implantados em diversos Estados da Federação e de instituições que servem de guia ou norte na área como o Arquivo Nacional e o Conselho Nacional de Arquivos”.



Assim, caminhamos rumo à intervenção total dos técnicos em todo o ciclo documental, garantindo entre outros aspectos a racionalização da produção, o controle da tramitação, a aplicação de métodos de classificação, a prática da avaliação como um processo natural e não como uma solução para resolver problemas de espaço físico, o arquivamento correto e adequado, o acesso rápido aos documentos e às informações, bem como, o reconhecimento dos arquivos como sendo uma unidade estratégica para as decisões de governo e de cidadania.

IV – REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Dicionário de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: O Arquivo, 2005. 230 f.

IGLÉSIAS, Francisco. José Honório Rodrigues e a historiografia brasileira. In *Estudos históricos*, CPDOC/FGV, n.1, Rio de Janeiro, 1988. p.55-78.

KECSKEMÉTI, Charles. A Modernização do Arquivo Nacional do Brasil. In *ACERVO*, Arquivo Nacional, v.3, n. 2, jul - dez. Rio de Janeiro, 1998. p. 5-9.

OLIVEIRA, Maria Izabel, *Gestão de Documentos no Brasil: Informação organizada, compromisso e responsabilidade da administração pública*. In *Seminário de Divulgação do Programa de Gestão Documental do Governo do Estado do Espírito Santo*

RIVAS Fernández, La tecnología de la información al servicio de la archivística. Disponível em http://reflexiones.fcs.ucr.ac.cr/documentos/80_2/la_tecnologia.pdf. Acesso em: agosto de 2008.

SANTOS, Jussara Pereira. O Moderno profissional da informação: o bibliotecário e seu papel face aos novos tempos. In *informação& Informação*, v.1, n.1, jan- jun, Londrina.1996. Disponível em <http://www2.uel.br/revistas/informacao/viewissue.php?id=11>. Acesso em setembro de 2003.

SILVA, Jaime Antunes. *Arquivologia e sua trajetória no Brasil*. Rio de Janeiro. 2008. 5 f. digitado.